

MÃES DO IMPÉRIO: MATERNIDADE E POLÍTICA NO INÍCIO DO IMPÉRIO ROMANO

MOTHERS OF THE EMPIRE: MATERNITY AND POLITICS IN THE EARLY ROMAN EMPIRE

Sarah Fernandes Lino de Azevedo *

Resumo: Este artigo objetiva discutir questões que interseccionam maternidade e política no início do Império Romano. Especial foco será dado aos contextos augustano e neroniano, com intuito de compreender de que forma o exercício da maternidade foi exaltado na propaganda imperial empreendida por Augusto e Lúvia, e de que forma foi desprezado por Nero, desprezo este simbolizado pelo matricídio. Deste modo, analisando documentos sobre Lúvia e Agripina em conjunto, este artigo explora a hipótese de que esses documentos revelam aspectos da relação entre a maternidade e a construção da imagem imperial, atuando na construção do retrato de Augusto como um imperador ideal, e de Nero como um anti-imperador. Desta forma, analisa-se como a maternidade se apresenta nos marcadores imagéticos e retóricos do início e do fim da primeira dinastia do Império Romano. Para além de uma análise da construção da imagem de imperadores, este artigo aponta, principalmente, para a atuação política de Lúvia e Agripina.

Palavras-chave: Dinastia Júlio-Cláudia; Lúvia; Agripina; Augusto; Nero; Tácito; *Ara Pacis*.

Abstract: This paper aims to discuss issues that intersect motherhood and politics in the early Roman Empire. It focuses on the Augustan and Neronian contexts, and aims to understand how the exercise of motherhood was exalted in the imperial propaganda undertaken by Augustus and Livia, and how it was despised by Nero, a contempt symbolized by matricide. Thus, analyzing documents about Livia and Agrippina together, this article explores the hypothesis of these documents reveal aspects of the relationship between motherhood and the construction of the imperial image, acting in the construction of the portrait of Augustus as an ideal emperor, and of Nero as an anti-emperor. In this way, we analyze how motherhood is presented in the imagery and rhetorical markers of the beginning and end of the first dynasty of the Roman Empire. In addition to an analysis of the construction of the image of emperors, this article mainly points to the political actions of Livia and Agrippina.

Key words: Far-Right; Extreme Right; Traditionalism; Populism; Ontological Security.

* Professora Adjunta de História Antiga - Universidade Federal da Bahia (UFBA), ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9920-4614>; sarahazevedo@ufba.br

Maternidade e Política em Roma

O exercício da maternidade e da paternidade entre a aristocracia romana esteve presente nas preocupações de Augusto, que, ao se deparar com um contingente aristocrático desfalcado pelas guerras civis, propôs uma reorganização social pautada no fortalecimento do casamento e geração de filhos. Para isso, ele promulgou um conjunto de leis que hoje conhecemos como as “Leis Matrimoniais” de Augusto. Tais leis visavam incentivar a maternidade e a paternidade, por meio da cessão de benefícios e privilégios. Às mulheres que gerassem mais de três filhos era concedida liberação da tutela masculina (*ius trium liberorum*), o que lhes permitia maior liberdade na gestão de seu patrimônio e no meio social. Aos homens com mais de três filhos era concedido o privilégio de ascender mais rapidamente na carreira política (*cursus honorum*).

As leis visavam também o combate ao adultério e à prostituição ilegal, reforçando o patriarcado romano, retraçando as fronteiras entre matronas e prostitutas. Duas categorias jurídicas do Direito Romano, as matronas e as prostitutas ocupavam polos opostos. Eram categorias fixas, havendo a categoria da adúltera como uma categoria temporária entre uma e outra. As leis previam rituais de afastamento e anulação deste elemento disruptor e transitório, a adúltera, por meio da punição por exílio em ilha ou morte. Ou seja, a matrona que cometesse adultério poderia ser exilada ou morta. Antes da lei, segundo o *mos maiorum*, a matrona poderia também ser punida pela mudança de categoria jurídica, tornando-se legalmente uma prostituta, ou sendo expulsa da cidade (Tácito, *Anais*, II, 85).

Nesta lógica patriarcal, as matronas eram mulheres casadas destinadas a gerarem e criarem filhos legítimos para o homem. Em sua reforma, Augusto, além de promulgar leis, investiu em propaganda, mobilizando e recriando uma simbologia e ideologia. Uma preocupação central era projetar a família do novo imperador como a representação da paz e prosperidade, com objetivo de criar um ideal dinástico e assim permanecer no poder.

Um documento que nos permite vislumbrar essa preocupação é a *Ara Pacis Augustae* (Altar da Paz de Augusto). Inaugurada em 9 AEC, a *Ara Pacis*, segundo palavras do próprio Augusto, nas *Res Gestae Divi Augusti* (Coisas feitas pelo Divino

Augusto), foi consagrada devido aos sucessos dele nas províncias da Espanha e da Gália:

...o senado, tendo em vista meu retorno, determinou que o Altar da Paz Augusta devia ser consagrado junto ao Campo de Marte; ordenou que, nele, as autoridades, sacerdotes e virgens vestais fizessem um sacrifício anual (*Res Gestae*, XII).

A *Ara Pacis* contém murais com relevos de representações de membros da família de Augusto e de cenas de uma mitologia helenística. Interessa nos aqui o Mural de *Tellus*, no qual se vê uma figura feminina com duas crianças no colo:

Figura 1: Mural de *Tellus* da *Ara Pacis*



Fonte: foto de Sarah F. L. Azevedo (arquivo da autora)

As crianças se encontram com mãos e bocas direcionadas aos seios, sugerindo o fator da amamentação. No debate acerca da interpretação do mural, a hipótese que defende um significado polissêmico com referência à deusa *Tellus* é bastante fundamentada. Momigliano, participando deste debate, se posicionou no sentido desta hipótese, no texto *The Peace of the Ara Pacis* (1942). Momigliano apresenta os pormenores do debate, e defende que a figura feminina se trata de *Terra Mater* (também conhecida como *Tellus*) devido ao próprio propósito do altar, de exaltar e rememorar a paz, e devido à narrativa helenística ali retratada, que deve ser entendida em conjunto. O estudioso argumenta que a *Terra Mater* vem acompanhada de duas figuras que podem ser compreendidas como uma *Aura* e uma *Nereida*, simbolizando ar

e mar, compondo um tema comum em representações do cosmos na arte augustana (Momigliano, 1942, p. 228).

Os estudos iconográficos mais recentes giram em torno dos significados polissêmicos, tendo *Tellus* como referência central. Desta forma, sem descartar a hipótese de Momigliano, aponta-se para possibilidades de interpretação pelo espectador contemporâneo à obra. Sugere-se a existência de um outro mural da *Ara Pacis*, uma retratação da Loba Capitolina amamentando os gêmeos Rômulo e Remo, que se comunicava com o mural de *Tellus*. As crianças no colo de *Tellus*, desta forma, poderiam estar associadas a esse motivo mitológico, remetendo aos gêmeos. Outra interpretação remete à família de Augusto, sendo as crianças uma representação dos próprios netos de Augusto, filhos de sua filha Júlia, os quais ele adotou para preparar como sucessores. Por fim, aponta-se para a polissemia na representação da divindade feminina, a qual também pode ser associada a Vênus, Juno, Gaia e outras divindades ligadas à fecundidade e prosperidade. Esta gama de significados, ressalta Galinsky, pode ter sido intencional, na medida em que esta multiplicidade de interpretações leva a um mesmo ideário de exaltação à política de Augusto (Galinsky, 1992).

Lívia: a mulher que deu à luz o Império

Lívia, esposa de Augusto, incorpora uma idealização da matrona romana. Entretanto, é interessante notar que Lívia não se coloca como exemplo de uma mulher - para usar uma expressão recente - “bela, recatada e do lar”, afastada dos assuntos políticos e exclusivamente dedicada à maternidade e aos afazeres domésticos. É possível vislumbrar que ela instrumentalizava a posição e a imagem da matrona com objetivo de legitimar sua inserção e participação na política romana.

Livia: First Lady of Imperial Rome (2002) é o título da biografia sobre Lívia, escrita por Anthony Barrett. Este autor argumenta ter escolhido este título para a sua obra porque considera que o papel de Lívia se assemelha ao papel da primeira dama no sentido atual, ou seja, uma mulher vinculada à política, que detém uma posição pública, mas sem exercer um cargo político.

O estudo acerca da atuação das mulheres na política romana pode fornecer muitos elementos para refletir sobre a atuação das mulheres na política dos dias de

hoje. Sabe-se que assumir cargos políticos era interdito às mulheres romanas, o que não significa que elas não tinham uma inserção na política, principalmente durante o período imperial. Já nos dias de hoje, contextos democráticos nos quais as mulheres podem se candidatar e assumir cargos têm se mostrado inoperantes, como é o caso do Brasil. A representatividade de mulheres na política brasileira é uma das menores do mundo, segundo um ranking global feito pela *IPU Parline - Global data on national parliaments* - atualizado mensalmente. Este ranking demonstra que atualmente as mulheres ocupam cerca de 17% das posições na política brasileira, situando o Brasil como o país que ocupa o lugar 135 de uma lista de pouco mais de 180 países. Neste ranking, o Brasil aparece como o país da América Latina com o menor índice de representatividade de mulheres na política¹. O índice global da *IPU Parline* tem demonstrado que a representatividade feminina na política tem crescido de forma tímida no Brasil, com apenas 2% em cada eleição. Deste modo, o índice em 2020 era de 15%, e em 2024, 17%. Importante mencionar que os estudos de gênero sobre a Antiguidade têm suscitado reflexões, por parte de historiadores - em grande medida historiadoras - a respeito das desigualdades tanto no passado quanto no presente, de modo que o passado fornece subsídios para se pensar nas questões de gênero que afetam o presente e vice-versa. Dois exemplos de reflexões nesse sentido podem ser apreendidos em trabalhos da historiadora brasileira Lourdes Conde Feitosa (ex.: 2008), e no livro-manifesto da historiadora britânica Mary Beard, *Mulheres e Poder* (2018).²

A construção da imagem de Lúcia como matrona ideal tem início no período de Augusto, e depois se estende pelo período de Tibério. Paolo Biondi nota que a *Ara Pacis* foi inaugurada exatamente no dia do aniversário de cinquenta anos de Lúcia, em 30 de Janeiro de 9 AEC. Este autor interpreta este fato como uma exaltação ao papel de Lúcia como uma matrona pública. Biondi argumenta que uma das finalidades centrais da *Ara Pacis* era comemorar e sacralizar a maternidade, por meio da conexão entre Lúcia e Juno Lucina, a divindade protetora das parturientes (Biondi, 2017, p. 42-52).

¹ https://data.ipu.org/women-ranking/?date_month=10&date_year=2024

² Como exemplo, destaco aqui o artigo de Feitosa intitulado "Gênero e Sexualidade no Mundo Romano: a Antiguidade em nossos dias" (2008).

A vinculação entre a *Ara Pacis* e Juno Lucina se dava pela localização do monumento, o qual foi situado em local tradicionalmente conhecido por ser local de culto e invocação a esta divindade. A *Ara Pacis* foi construída próxima à Fonte de Lucina, lugar onde havia uma peregrinação de mulheres que pediam proteção à divindade. Desta forma, Biondi defende que a tríade formada pela conexão entre Lúvia, Juno Lucina e *Ara Pacis* tinha por objetivo comemorar a renovação de Roma, que entrava em uma nova fase com a família de Augusto no poder. Esta renovação é vinculada à Juno Lucina porque ela propiciava e protegia a renovação da prole na cidade de Roma. E, por extensão, ela protegia, também, a prole da família de Augusto, que veio para trazer a paz e a renovação em Roma.

A comemoração do aniversário dos cinquenta anos de Lúvia com a inauguração da *Ara Pacis*, destaca Biondi, aponta para a construção da imagem dela como a matrona que, mesmo não estando mais em idade procriativa, cumpria com seu papel de *materfamilias*, junto ao *paterfamilias* Augusto, de forma harmoniosa (Biondi, 2017, p. 49). A co-relação de Lúvia com Juno Lucina será reforçada alguns anos depois, com a construção do Pórtico de Lúvia no Esquilino, região conhecida como sendo de domínio desta divindade, onde estava situado o principal templo de culto a Juno Lucina, e onde era realizado o ritual da Matronália anualmente, no dia 01 de Março. A associação entre Lúvia e Juno Lucina, portanto, indica a construção da imagem de Lúvia como uma tutora e protetora não só da *domus* de Augusto, como da própria cidade de Roma.

Mas Lúvia não foi projetada apenas como a mãe da cidade de Roma. Ela foi além, alçada a *Genetrix Orbis*, a mãe do mundo sob domínio de Roma, mãe de todo o império. O título *Genetrix Orbis* associa Lúvia a *Venus Genetrix*, divindade relacionada à *gens* Júlia. Nesse sentido, esse título tem por objetivo rememorar a adoção de Lúvia pela família Júlia. Nascida Lúvia Drusila, ela pertencia à *gens* Cláudia. Ambas, a *gens* Júlia e a *gens* Cláudia, eram famílias tradicionais da aristocracia romana. A junção das duas famílias, protagonizada por Augusto e Lúvia, dá início à Dinastia Júlio-Cláudia. O título *Genetrix Orbis* é atestado por inscrições epigráficas e moedas, que apontam para um culto a Lúvia em províncias como a Hispânia Bética (García, 2019). O título se coaduna com o novo nome de Lúvia, que após ser adotada pela *gens* Júlia, passa a se chamar Júlia Augusta (*Iulia Augusta*):

La referencia a su persona con el título de Genetrix Orbis es clave; suponía un punto de inflexión según el cual Iulia Augusta pasó a ser la madre del nuevo orden, una especie de reencarnación de la diosa fundadora que dio vida a la dinastía y es garante, como diosa de la fecundidad, de su continuidad. Junto a ello el propio nombre de Iulia Augusta revela una nueva intención política (García, 2019, p. 154).

Júlia Augusta é o nome que Livia adquire com a adoção realizada pelo testamento de Augusto. Desta maneira, Livia passa a ser uma filha adotiva *postmortem* do até então marido, que transmite seu título de Augusto à esposa, criando o título feminino Augusta. Algo inédito na política romana, Augusto transmite parte de seu poder a uma mulher, que figura como a responsável pela continuidade de sua política.

Depois da morte de Augusto e ascensão de Tibério ao poder, a construção da imagem de Livia como mãe do império se intensifica. Tibério era filho de Livia com seu primeiro marido, Tibério Cláudio Nero, e se tornou sucessor de Augusto depois da morte prematura dos netos que o imperador estava preparando para a sucessão. Desta forma, a intensificação da construção da imagem de Livia como mãe do império emerge como uma estratégia para a legitimação da posição de Tibério como novo imperador, e parece ter sido empreendida, em grande medida, pela própria Livia.

Os títulos que Livia recebe durante o principado de Tibério demonstram essa intensificação, que é atestada pela documentação disponível. O título de *Genetrix Orbis*, por exemplo, aparece vinculado a Livia em documentos do período de Tibério (Bélo, 2023; García, 2019). Entretanto, o reconhecimento do poder de Livia sofre resistência por parte do filho. Tácito relata que logo após a morte de Augusto o senado votou para atribuir o título de *Mater Patriae* a Livia, e que o fato incomodou Tibério:

Grande foi também a adulação dos senadores para com Augusta; votando uns que se lhe desse o título de *mãe*; outros de *mãe da pátria* e o maior número, que ao nome do César se lhe acrescentasse o de *filho de Júlia*. Tibério também não o aprovou, dizendo: “Que se devia guardar moderação nas honras concedidas às mulheres; e que ele seria o primeiro em dar exemplo quando se tratasse de coisas que tocassem à sua própria pessoa”. Mas o motivo verdadeiro era por ciúmes, que o devoravam: porque, receando que os obséquios feitos à mãe diminuíssem de alguma forma a sua autoridade, não consentiu que se lhe desse nem um só lictor; e até mesmo proibiu se lhe erigisse um altar de adoção, e outras semelhantes distinções (Tácito, *Anais*, I, XIV).

O Título de *Mater Patriae* é a versão feminina do título de *Pater Patriae*, e o desejo do senado em atribuir este título a Livia demonstra o reconhecimento de Livia e

sua boa relação com os políticos romanos. No entanto, a resistência de Tibério demonstra um atrito e representa o que uma parcela dos políticos pensava: que era preciso colocar um limite na atuação das mulheres na política romana. Entretanto, mesmo apesar da negação de Tibério, Lúvia parece ter recebido o título, uma vez que, como indica Wood, moedas provinciais foram encontradas a denominando como AUGUSTA MATER PATRIAE (Wood, 2000, p. 90).

O poder feminino incomoda porque subverte a ordem patriarcal e desafia o monopólio masculino na política. Lúvia tinha consciência da existência de reinos do período helenístico onde havia modelos de regime político com mulheres ocupando cargos, governando em partilha com homens ou assumindo interinamente. Um exemplo é o das candaces.

As candaces foram governantes do Reino de Kush, na região da Núbia, na África, entre os séculos II a.C. e IV d.C. O título candace era passado de mulher para mulher e é definido como rainha-mãe, ou rainha-guerreira, evidenciando o caráter matrifocal da organização política deste reino. A candace representava o princípio feminino na estrutura de poder partilhado. O princípio masculino era representado pelo consorte da candace, sendo muitas vezes seu filho ou marido. A candace poderia, também, assumir o governo de forma interina, o que ocorreu em diversas ocasiões.³

É muito provável que Lúvia tivesse conhecimento sobre a existência das candaces, uma vez que, como é atestado por Estrabão, o próprio Augusto travou batalhas contra uma delas. No livro XVII de sua monumental obra, *Geografia*, Estrabão, ao narrar sobre os povos africanos das regiões do Egito, Líbia e Etiópia, relata um conflito entre as tropas romanas de Augusto e as tropas da candace Amanirenas (Strabo, *Geography*, XVII, I, 54). Tal conflito se deu pouco tempo após o domínio do Egito pelos romanos, a partir da vitória de Augusto sobre Marco Antônio e Cleópatra na Batalha do Ácio, em 31 a.C.

Amanirenas resistiu ao avanço das tropas romanas sobre a região da Núbia, evitando, assim, que o Reino de Kush tivesse o mesmo destino do Egito. Segundo Estrabão, a candace enviou generais e soldados para lutarem contra o exército romano

³ Para mais informações sobre as candaces, ver: AZEVEDO, Sarah F. L. CANDACE & MATER PATRIAE: A construção do poder político feminino em África e Roma no início do Império Romano. In: LESSA, Fábio. *Gênero e Sexualidade em perspectiva comparada*. Rio de Janeiro: Mauad-X, 2024.

liderado pelo general Petrônio. Depois de travadas algumas batalhas, a candace enviou embaixadores para tratar dos termos de um acordo de paz entre o governo romano e o governo de Kush. Tal acordo foi firmado junto a Augusto, que se encontrava na ilha de Samos, na região da Grécia. Estrabão termina a narrativa acerca do conflito ressaltando que Augusto recebeu os embaixadores da candace e atendeu a todas as reivindicações postuladas por eles, em nome dela, Amanirenas (Strabo. *Geography*, XVII, I, 54).

As influências e referências a reinos helenísticos estrangeiros na reforma augustana é um tema largamente estudado na historiografia. Vários autores apontam, por exemplo, para as referências a monarquias helenísticas na arquitetura e decoração das casas de Augusto e Lúvia no Palatino (ex.: Cominesi, 2018). A partir disso, questionamos: e onde entra Lúvia? Qual foi o papel de Lúvia na reforma augustana? Qual a agência de Lúvia? Teve Lúvia a intenção de criar e ocupar um cargo político?

Tamanini sugere que Lúvia teria instrumentalizado o papel de mãe e o simbolismo religioso relacionado à maternidade para assim poder legitimar sua atuação na política (Tamanini, 2015, p. 219). Esta autora trabalha com o conceito de *revolução liviana*, como forma de compreender e contextualizar o protagonismo de Lúvia na reforma política que propiciou a transição do regime político da República para o Império (Tamanini, 2016). Este conceito, baseado no conceito de *revolução augustana* (*augustan revolution*) (Millar 2003) visa destacar e situar os feitos e papel de Lúvia, descolando-os, pelo menos parcialmente, da figura de Augusto. Desta forma, busca-se compreender a agência de Lúvia, suas estratégias e sua inserção na política romana.

A pesquisa de Tamanini (2016) aponta para a territorialização do poder de Lúvia na cidade de Roma. A autora demonstra as influências de Lúvia na ocupação do espaço da cidade, por meio de construções empreendidas por ela ou dedicadas à ela. Revela, portanto, uma apropriação do espaço por Lúvia, que cria uma *ethopoeia* própria, baseada na construção da identidade de uma *domina-imperatrix*. Desta forma, aponta que Lúvia transitava entre a *domus-forensis* e o *forum-domesticum*, de um modo que o doméstico e o forense se sobrepunham e interagiam, complementando-se. É um poder que literalmente ganha espaço e adquire forma por meio da arquitetura e da mobilização de uma simbologia sacralizada e fortemente fundamentada no doméstico e na maternidade.

As escavações das casas de Augusto e Lúvia, no monte Palatino, apontam para a intenção de Lúvia em criar uma identidade que mobiliza elementos cosmopolitas, contextualizados e ambientados na cultura helenística, tendo a maternidade como algo central. Alguns estudiosos, como Foubert, utilizam o conceito de “lugar de memória” para a análise das casas do complexo imperial do Palatino, com objetivo de demonstrar a relação entre as modificações deste espaço com a simbologia da identidade que se buscava criar (Foubert, 2010).

Augusto, ainda Otaviano, residia próximo ao Fórum quando adquiriu a casa de Hortêncio no monte Palatino, em 42 a.C. Estima-se que em 39 a.C. Lúvia vai morar com Otaviano. No início do próximo ano, em 38 a.C., nasce o segundo filho de Lúvia, Drusus, fruto de seu primeiro casamento, com Tibério Cláudio Nero. Lúvia, portanto, estava grávida quando foi morar com Otaviano. E seu primeiro filho, Tibério, tinha então cerca de três anos de idade. Neste momento Augusto (Otaviano) contava com 24 anos de idade, e Lúvia, 20 ou 19 anos. Ficaram casados por toda a vida, e nunca tiveram filhos. Criaram juntos os três filhos de seus casamentos anteriores, Tibério e Drusus, de Lúvia, e Júlia, de Augusto. Suetônio menciona que Lúvia teria engravidado uma única vez de Augusto, mas que a bebê nascera prematuramente, sugerindo um aborto espontâneo (Suetônio, *Vida do Divino Augusto*, LXIII).

A casa ficava próxima ao templo de Cibele Magna Mater, deusa introduzida no panteão romano por volta de 205 a.C, depois de uma interpretação dos Livros Sibílinos.⁴ Augusto e Lúvia se apropriam do Palatino, adquirem as casas adjacentes, ampliam a residência e mandam construir um templo a Apolo. Cibele e Apolo atribuem uma aura sagrada propícia e auspiciosa para o casal governante de Roma. Cibele Magna Mater, a deusa mãe protetora da cidade, e Apolo, aquele que traz a paz pela guerra. Lúvia e Augusto, a mãe e o pacificador.

Para completar, a casa ficava também próxima a um local reconhecido como um marco fundacional para os romanos, o local onde um dia a loba capitolina amamentou Rômulo e Remo, nas sombras da figueira Ruminal. Se apropriando também deste elemento mitológico, Augusto se coloca como um novo Rômulo, aquele que refunda

⁴ A respeito dos Livros Sibílinos e das Sibilas, autoras destes livros, ver: AZEVEDO, Sarah F. L. Mulheres que escreviam para a eternidade: a tradição sibilina na Roma Antiga e sua presença no Brasil. In: CAVICCHIOLI, Marina; SILVA, Semíramis C.; AZEVEDO, Sarah F. L. *Gênero e Poder na Antiguidade Clássica: perspectivas brasileiras*. Porto Alegre: Editora Fi, 2024.

Roma. Naquele momento, Lúvia e Augusto representavam o jovem casal que trazia a renovação para Roma.

As reformas políticas e arquitetônicas empreendidas pelo casal reconfiguram o público e o privado em Roma. A *domus* de Augusto e Lúvia é situada não só como o centro de Roma, mas como o centro de todo o Império Romano. Augusto é o *pater* de todo o império, e o *paterfamilias* de sua *domus*, enquanto Lúvia é a *mater* principal, mas não a única da *domus*. É provável que em algum momento Octávia, irmã de Augusto, tenha ido morar com o casal. E também Antônia, a jovem, depois da morte de seu marido, Drusus, filho de Lúvia. Foubert argumenta que a presença de Octávia e Antônia é positiva para a imagem da *domus*, uma vez que reforça a ideologia matronal (Foubert 2010, p.70). Uma casa com três matronas exemplares, que supervisionavam a rotina doméstica e o cuidado das crianças da casa. Nesse sentido, Foubert aponta que a casa imperial deve ser entendida como um local de habitação não só do imperador, como também de *matres familias* que podem ser consideradas como matriarcas da primeira dinastia do Império Romano. É neste sentido que Foubert aponta para a *domus imperial* como um “lugar de memória” das matronas, que eram frequentemente rememoradas como parte fundamental da tradição política estabelecida.

Estas matriarcas são rememoradas posteriormente por sucessores da dinastia. Cláudio, por exemplo, atribui o título de *Diva Augusta* à Lúvia. A deificação de Lúvia por Cláudio se coloca como o fim de um processo de divinização de Lúvia, processo este empreendido em grande medida por ela própria. Além de ser associada a Juno Lucina e Cibele, como vimos, Lúvia também é associada, desta vez mais diretamente, à Deméter, outra divindade vinculada à maternidade. Uma famosa estátua de Lúvia, hoje guardada no Museu do Louvre, é bastante elucidativa e é interpretada como Lúvia sendo representada como Deméter, Ceres e/ou Opis, todas divindades relacionadas à fecundidade da mulher e da terra, interconectadas na cosmogonia romana:

Figura 2: Estátua de Livia (58 AEC - 29 EC)



Fonte: By Tangopaso, Public Domain. Museu do Louvre.⁵

Os documentos que nos fornecem representações de Livia associada a alguma divindade maternal nos fazem questionar sobre as intenções dela em ser representada desta forma e sobre as intenções de outros em representá-la assim. É certo que Livia buscou ser representada com insígnias divinizadas que a relacionassem à maternidade, contudo, a extensão e abrangência dessas representações indicam um projeto de grandes proporções. Bélo destaca que “Livia foi celebrada como ‘nova Hera’ em Assos e Pérgamo, ‘nova Isis’ no Egito, ‘nova Afrodite’ em Chipre, e como a ‘nova Héstia-Deméter’ em Lâmpsaco” (Bélo, 2024, p. 240). Desta forma, nota-se que o projeto de Livia foi bem sucedido e que, o fato dela ser associada com várias divindades femininas vinculadas à maternidade, em diferentes locais do Império, demonstra que a intenção dela se coadunava com os padrões e expectativas locais.

Livia empreende, como aponta Tamanini, uma *revolução liviana*, dando início a uma tradição de representação e de representatividade política das mulheres da casa imperial. Entretanto, a *revolução liviana* não atinge somente as mulheres da aristocracia romana vinculadas à casa imperial, mas vai muito além, ao mesmo tempo que faz parte

⁵ Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Livia_Drusilla_\(Louvre,_Ma_1242\)#/media/File:Statue_de_Livie_\(Louvre,_Ma_1242\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Livia_Drusilla_(Louvre,_Ma_1242)#/media/File:Statue_de_Livie_(Louvre,_Ma_1242).jpg). Acesso em: 24 nov. 2024.

de um fenômeno da Antiguidade Mediterrânea. Tal fenômeno seria a inserção política de mulheres por meio da instrumentalização da identidade materna. Hemelrijk aponta que uma série de documentos, principalmente epigráficos, indicam que títulos iguais ou semelhantes ao de *mater patriae* eram atribuídos a mulheres que exerciam algum poder institucional e econômico em cidades da península itálica e também da região dos Bálcãs e do Danúbio, durante os séculos II e III d.C. Nesse sentido, a autora argumenta que tais títulos, além de legitimarem a posição de poder destas mulheres atendendo a padrões sociais estabelecidos, sem aparentemente romper com paradigmas, revelam um modo de governo que pode ser denominado “maternidade fictícia”, caracterizado por autoridade maternal e cuidado afetivo (Hemelrijk, 2012).⁶

Agripina: a mãe que o imperador Nero mandou matar

Agripina Menor nasceu por volta do ano 15 d.C., filha de Agripina Maior, que por sua vez era filha de Júlia, filha de Augusto. Bisneta do fundador da dinastia, portanto, Agripina exerceu grande influência nos rumos da política romana. Casou-se três vezes, por último com o imperador Cláudio, o qual, segundo Tácito, morreu envenenado por mando dela. Com a morte de Cláudio, em 54 d.C., sobe ao poder Nero, o único filho de Agripina, fruto do seu primeiro casamento. Último imperador da dinastia Júlio-Cláudia, a qual termina com sua morte em 68 d.C. Nero não prepara um sucessor visando a continuidade no poder da família iniciada por Augusto e Lúvia. Além de não preparar um sucessor, Nero manda matar a mãe, em 59 d.C., cinco anos depois que assume o poder. Depois da morte de Agripina, Nero ainda consegue permanecer no poder por mais 9 anos, uma fase de decadência, enfrentando crises e conspirações. Em 68 d.C. Nero é considerado inimigo público do SPQR e morre em condições misteriosas. O ano que se segue, 69 d.C., é conhecido como o “ano dos quatro imperadores”, uma vez que é protagonizada uma crise, com quatro imperadores diferentes, Galba, Oto, Vitélio e Vespasiano, assumindo o poder sucessivamente dentro do espaço temporal de um ano,

⁶ O protagonismo de Lúvia tem sido discutido em circuitos que vão além da pesquisa acadêmica e científica. Circuitos que, vale dizer, com certeza são favorecidos pelas pesquisas acadêmicas e científicas. Um exemplo é o debate e a repercussão gerados pela série televisiva *Domina* (2021), série centrada na personagem de Lúvia.

indicando uma instabilidade e um retorno dos conflitos aristocráticos que Augusto havia cessado.

Nero tinha 17 anos quando subiu ao poder, e, segundo Tácito, foi projetado como um novo Augusto (Tácito, *Anais*, XIII, 6). O tataraneto do fundador da dinastia, que iria dar continuidade aos tempos de paz e estabilidade. Um relevo encontrado na cidade de Afrodísias, na região da Cária (atual Turquia), demonstra uma representação de Nero e Agripina como símbolos desta continuidade:

Figura 3: Relevo de Agripina “coroando” Nero



Fonte: By Carlos Delgado, CC-BY-SA, Museu de Afrodísias.⁷

O relevo faz parte de um conjunto de representações de imperadores da dinastia Júlio Cláudia, o qual é interpretado como um indício de um culto imperial na região da Anatólia (Thommen, 2012). Mostra Agripina como se estivesse coroando o filho, que apresenta vestes militares. Agripina, por sua vez, é representada com padrão semelhante ao da estátua de Livia (figura 2). Ambas estão acompanhadas pela cornucópia, símbolo que as associa a divindades femininas relacionadas à fecundidade e prosperidade, aludindo à maternidade.

⁷ Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Ner%C3%B3n_y_Agripina.jpg. Acesso em: 24 nov. 2024.

Agripina trilha o caminho traçado por Lúvia. Em 50 d.C., um ano depois de ter se casado com Cláudio, recebe o título de *Augusta* (Tácio, *Anais*, XII, 26). Deste modo, passa a ser chamada IULIA AUGUSTA AGRIPPINA, como atestado por inscrições e moedas (Barrett, 1996, p. 108). Os documentos da cultura material (relevos, estátuas, moedas e inscrições) demonstram uma continuidade de uma tradição iniciada por Lúvia. Entretanto, há inovações com Agripina. Uma moeda revela um modo de representação inédito, com os bustos de Nero e Agripina, em igual proporção, figurando frente a frente, em um mesmo lado da moeda. Uma mulher sendo representada face a face a um imperador era algo sem precedentes na numismática romana:

Figura 4 - Moeda representando Nero e Agripina



Fonte: The Trustees of the British Museum.

Aureus - ouro (54-57 d.C.). ANVERSO: Bustos de Nero e Agripina, legenda em Latim (AGRIPP AVG DIVI CLAVD NERONIS CAES MATER) "Agripina Augusta [esposa do] Divino Cláudio, mãe do imperador Nero". REVERSO: Inscrição com louros (EX SC) "Ex Senatus Consultum" - "Emitida por decreto do senado", legenda em Latim (NERONI CLAVD DIVI F CAES AVG GERM IMP TR P) "Nero filho do divino Cláudio, César Augusto Germânico Imperador, [exercendo o] poder tribunício".

Tácio, ao narrar sobre o período do principado de Cláudio, mostra Agripina como uma mulher ativa na política romana e protagonista na sucessão de Nero. O historiador relata as estratégias de Agripina que culminaram na ascensão do filho ao poder. A narrativa de Tácio sobre o período de Cláudio é bastante centrada no passo a passo de Agripina para alcançar o seu objetivo (Tácio, *Anais*, XII). Ela consegue o perdão para Sêneca, fazendo o filósofo retornar do exílio e assumir como tutor de Nero. Consegue também a adoção de Nero por Cláudio e o casamento de Nero com Octávia, filha de Cláudio com sua esposa anterior, Messalina. Feitos que

progressivamente vão aproximando Nero da posição de sucessor, em detrimento de Britânico, filho de Cláudio com Messalina.

Ginsburg aponta o uso do estereótipo retórico da *saeua nouerca* (madrasta má) nas construções dos retratos de Lúvia e Agripina por Tácito (Ginsburg, 2006, p. 107). A *saeua nouerca* é a madrasta má, que boicota os enteados, filhos do marido de casamentos anteriores, em benefício de seus próprios filhos. Este estereótipo é identificado nas caracterizações de Lúvia e Agripina, situadas na narrativa taciteana como duas mulheres que agem buscando eliminar os rivais de seus filhos na sucessão do poder.

Desta forma, Lúvia e Agripina são caracterizadas como mulheres ambiciosas, que lutam para a sucessão de seus jovens filhos, para com eles exercerem o poder. Entretanto, dada a interdição às mulheres de exercerem poder institucional em Roma por meio de magistraturas ou cargos, elas só poderiam exercer o poder *por meio de seus filhos*. E serão os filhos a rejeitarem as mães. Assim como Tibério, que reprovava a atuação política da mãe, Nero também é retratado por Tácito como bastante incomodado com o poder da mãe, a ponto de mandar matá-la.

Antes de mandar matar Agripina, Nero primeiro expulsou a mãe da casa imperial. Tácito relata que Nero:

[...] lhe mandou não só tirar as guardas que já de antes tinha como esposa de um imperador, e agora lhe eram conservadas como mãe de outro, porém até a mesma guarda de honra, composta de Germanos. E para que nem fosse visitada, nem tivesse uma corte, separou-se dela, e a fez ir habitar o palácio de Antônia, aonde quando algumas vezes a ia cumprimentar sempre era com o aparato de muitos centuriões, retirando-se logo, apenas com um ligeiro ósculo a tinha saudado (Tácito, *Anais*, XIII, 18).

No capítulo seguinte, Tácito faz um irônico comentário a respeito do poder feminino na política romana:

De todas as coisas humanas nada há tão instável e tão pouco seguro como a fama do poder, quando este não tem forças próprias, com que se possa sustentar. O palácio de Agripina converteu-se imediatamente em um vasto deserto: ninguém a consolava, e ninguém a ia ver; à exceção de poucas mulheres, que se não sabe se o faziam por amizade ou por ódio (Tácito, *Anais*, XIII, 19).

No trecho acima, Tácito ressalta a fragilidade do poder feminino, que não se sustenta institucionalmente. De nada vale o poder de Agripina frente ao do filho imperador, que afasta a mãe, retirando dela instrumentos do exercício do poder. Agripina fica isolada, e Tácito faz questão de mencionar que ela só recebia visitas de outras mulheres, como se todas fizessem parte da classe das destituídas. Desta forma equipara Agripina a outras mulheres, que jogam em um nível inferior no jogo político. Ressalta que não se sabe se iam visitar Agripina “por amizade ou por ódio”. São mulheres ambiciosas e falsas. Tácito, aqui, enfatiza o elemento da dissimulação, tema que é bastante explorado em sua obra. A dissimulação era um elemento importante no jogo político, pois os agentes que dominam suas técnicas têm maior chance de sobreviver e obter recursos. As mulheres, em especial, precisam dominar as técnicas da dissimulação, uma vez que precisam agir por influência, por detrás dos panos.

Tácito retrata Agripina como uma mulher que dominava as artes da dissimulação. Entretanto, Nero é caracterizado por Tácito como um dissimulador não muito habilidoso. Nero domina as técnicas do jogo, porém é inexperiente e tirano. Este contraste entre experiência e inexperiência, poder da mãe e poder do filho, é explorado por Tácito no relato sobre o matricídio. Tácito inicia o livro XIV dos *Anais* mencionando que “apressou-se Nero em consumir a grande maldade que já dantes tinha concebido, sendo agora já muito maior o seu atrevimento pela longa duração do poder” (Tácito, *Anais*, XIV, 1), e segue a narrativa dedicando os próximos capítulos ao relato do matricídio.

Entretanto, antes de partir para os pormenores do crime, Tácito menciona o tema do incesto no capítulo 2 do livro XIV, iniciando de fato a narrativa sobre o matricídio no capítulo 3. Tácito introduz o tema do incesto citando um autor chamado Clúvio, o qual dizia que Agripina, desesperada por poder, seduzia o próprio filho, apresentando-se diante dele quando ele estava bêbado. Além de Clúvio, Tácito cita também Fábio Rústico, que também teria narrado sobre relações incestuosas, ou intenções de relações incestuosas entre Agripina e Nero, mas teria atribuído esse desejo a Nero. Contudo, Tácito se mostra propício a dar mais crédito ao relato de Clúvio, que coloca a iniciativa do incesto em Agripina, argumentando que esta é uma versão mais conforme com a tradição, porque concorda com os relatos de ainda outros escritores e que seria também mais verossímil. Tácito argumenta, ainda, que é mais

verossímil porque condiz com o comportamento e com a vida pregressa de Agripina, que se casou com o próprio tio (Tácito, *Anais*, XIV, 2).

Tácito, então, depois de encerrar o tema do incesto, inicia a narrativa sobre o matricídio indicando que Nero, incomodado com os abusos de poder da mãe, que percebia como incestuosa, decide colocar um limite:

Desde então Nero começou a fugir de estar só com a mãe; e a elogiá-la, quando ela ia para os seus jardins ou para as suas terras de Túsculo e de Ântio, pelo gosto que entrava a ter pelo retiro. Afinal, achando-a importuna em qualquer parte que estivesse, tratou de a matar; unicamente indeciso se empregaria o veneno, ou o ferro, ou qualquer outro meio violento (Tácito, *Anais*, XIV, 3).

A decisão de Nero é repentina e extrema, indicando o caráter tirano dele. Tácito relata que Nero, decidido a matar a mãe, primeiro monta um estratagemma, para forjar a morte como um acidente. Ele convida Agripina para jantar, na região de Baías. Finge uma reconciliação com a mãe e lhe dá uma embarcação de presente. Antes de Agripina entrar na embarcação, Nero se despede dela “beijando-lhe os olhos, e abraçando-a com muita ternura, ou para assim melhor representar o disfarce, ou porque a última vista da mãe, que ele ia fazer morrer, lhe tivesse com efeito abalado o coração, apesar de toda a sua ferocidade” (Tácito, *Anais*, XIV, 3).

A embarcação, entretanto, estava “programada” para afundar, de acordo com os planos de Nero, que havia tramado tudo com o liberto Aniceto, um dos inimigos de Agripina. Contudo, Agripina consegue se salvar do falso naufrágio, e, nadando até as margens, volta para a sua casa de verão. Ao chegar em casa, Agripina envia um mensageiro a Nero, para avisar o filho que estava viva e segura. Nero, então, segundo Tácito, é tomado de pavor, porque entende que a mãe está fingindo que não sabe que ele tramou para matá-la. Inexperiente, apavorado e tirano, Nero decide mandar o liberto Aniceto ir terminar aquilo que tinha começado. Aniceto, acompanhado de centuriões, chega à casa de Agripina, prende os escravos e adentra no quarto onde ela repousava. Agripina, então, quando avistou Aniceto:

Disse-lhe logo que se a vinha visitar, anunciasse ao príncipe que já estava restabelecida; porém se trazia intentos sinistros, ela estava bem certa de que tais ordens não podiam emanar de seu filho, porque ele era incapaz de ordenar um matricídio. Os assassinos se puseram em roda do leito, e o trierarco foi o primeiro que lhe deu com um bastão na cabeça. Vendo ela porém que o centurião puxava da

espada para matá-la, apresentou-lhe o ventre, dizendo-lhe: *aqui o tens, descarrega-lhe o golpe*; e assim morreu cortada de muitas feridas (Tácito, *Anais*, XIV, 8).

No capítulo seguinte, Tácito conta uma anedota, dizendo que:

Havia já muitos anos que Agripina conhecia qual seria o seu destino, e nunca tinha feito caso; porque tendo consultado os Caldeus a respeito de Nero, e respondendo-lhes eles *_ que reinaria para matar a sua mãe*, a isto só replicou: *_ Pois que me mate, contanto que reine* (Tácito, *Anais*, XIV, 9).

Deste modo, Tácito arremata a caracterização de Agripina como uma mulher extremamente ambiciosa pelo poder, pois mesmo sabendo que o filho um dia a mataria, ela afirmara que preferia que assim fosse, desde que ele reinasse. A Agripina de Tácito é uma mulher que simboliza um poder feminino agonizante, incompleto, inalcançável pelas mulheres romanas, mesmo aquelas que ocupavam postos no centro da política imperial. Era um poder limitado, e muitas precisavam contar com o apoio dos filhos e com o respeito e autoridade maternal para exercer poder.

A atitude de Nero em matar a mãe é abominável, entretanto, é de igual modo abominável o exercício do poder feminino pelos romanos. Desta forma, o matricídio simboliza a recusa total do exercício do poder político por mulheres. Se Tibério manifesta seu desejo de colocar limites ao poder exercido por mulheres, Nero concretiza esta manifestação.

Considerações finais

Nota-se que Tibério e Nero são retratados por Tácito como dois imperadores insatisfeitos com o exercício do poder por suas mães, Lúvia e Agripina. Ambos são semelhantes no que diz respeito à reprovação da atuação dessas - e de outras mulheres - na política romana.

Já Augusto apoia a esposa Lúvia, pois precisa dela para criar a ideologia dinástica que pretendia para legitimar a posição de sua família como central na administração da *Res Publica*. Lúvia e Augusto se colocam como o casal que está trazendo a paz e a prosperidade para Roma. Na chamada propaganda augustana, Lúvia é associada a divindades relacionadas à maternidade, e sua função de *materfamilias* é exaltada. Desta

forma, nota-se que Lúvia, ao ser alçada como uma matrona ideal, agrega valor à construção da imagem de Augusto como um *pater patriae*. Todo *pater* necessita de uma *mater*. Augusto e Lúvia empreendem uma reconfiguração política e social, e para o sucesso de suas reformas, exaltam a concórdia e harmonia da união dos dois, como se esta harmonia refletisse a própria *pax romana*. Augusto, com auxílio de Lúvia, se coloca como o imperador ideal.

Contudo, Augusto e Nero, quando colocados em contraponto, no tocante à valorização da maternidade por questões de política sucessória, podem ser compreendidos como antíteses: Augusto valoriza a maternidade e se preocupa com a sucessão, enquanto Nero despreza a maternidade, chegando a matar a própria mãe e não prepara um sucessor. A ausência de sucessor põe fim à dinastia Júlio-Cláudia e um período de instabilidade tem início. Enquanto Augusto cessou as guerras civis e estabeleceu a paz com sua família no poder, Nero não deu continuidade ao projeto, trazendo de volta instabilidade e crises na aristocracia política. Nero não valoriza a família e não se preocupa com a manutenção da dinastia, além de não preparar um sucessor, ao matar a mãe ele anula o vínculo mais importante que tinha com Augusto, o vínculo sanguíneo transmitido por Agripina. A imagem de Nero, desta forma, pode ser compreendida como a de um anti-augusto, um anti-imperador.

Desta forma, os documentos analisados neste artigo tem o potencial de apontarem para representações da maternidade como marcadores do início e do fim da primeira dinastia do Império Romano. Demonstram aspectos da maternidade sendo simbolizados e mobilizados na propaganda imperial empreendida por Augusto e Lúvia. Explicitam a instrumentalização do papel matronal por Lúvia como forma de legitimar sua posição e inserção na política romana, apontando para uma revolução liviana. Indicam impactos posteriores desta revolução, com mulheres se inspirando em Lúvia. E, por fim, demonstram como uma das sucessoras de Lúvia, Agripina, foi eliminada do jogo político, morta a mando do próprio filho. A morte de Agripina simboliza a total rejeição da atuação das mulheres na política romana.

Referências Bibliográficas

Documentos

AUGUSTO. Os feitos do Divino Augusto (*Res Gestae Divi Augusti*). In: SUETÔNIO & AUGUSTO. **A vida e os feitos do Divino Augusto**. Tradução de Matheus Trevizam, Paulo Sérgio Vasconcellos e Antônio Martinez de Rezende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p. 127-138.

STRABO. **Geography**. Volume VIII: Book 17. General Index. Translated by Horace Leonard Jones. Loeb Classical Library 267. Cambridge: Harvard University Press, 1932.

SUETÔNIO. Vida do Divino Augusto (*Vita Diui Augusti*). In: **SUETÔNIO & AUGUSTO. A vida e os feitos do Divino Augusto**. Tradução de Matheus Trevizam, Paulo Sérgio Vasconcellos e Antônio Martinez de Rezende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p. 51-115.

TÁCITO. **Anais**. Trad. J. L. Freire de Carvalho. São Paulo: W. M. Jackson Inc. Editores, 1952. (Clássicos Jackson, v. XXV).

Livros e artigos

AZEVEDO, Sarah F. L. Mulheres que escreviam para a eternidade: a tradição sibilina na Roma Antiga e sua presença no Brasil. In: CAVICCHIOLI, Marina; SILVA, Semíramis C.; AZEVEDO, Sarah F. L. **Gênero e Poder na Antiguidade Clássica: perspectivas brasileiras**. Porto Alegre: Editora Fi, 2024.

AZEVEDO, Sarah F. L. CANDACE & MATER PATRIAE: A construção do poder político feminino em África e Roma no início do Império Romano. In: LESSA, Fábio. **Gênero e Sexualidade em perspectiva comparada**. Rio de Janeiro: Mauad-X, 2024

BARRETT, Anthony. **Agrippina: sex, power and politics in the early empire**. New Haven and London: Yale University Press, 1996.

BARRETT, Anthony. **Livia: First Lady of Imperial Rome**. New Haven & London: Yale University Press, 2002.

BEARD, Mary. **Mulheres e Poder: um manifesto**. São Paulo: Crítica, 2018.

BÉLO, Tais Pagoto. Ceres, Diana and prosperity in coins of Livia and Agrippina the Younger. In: KLEINOVÁ, K & KARABÁS M. **Weaving Narratives**: EAA Annual Meeting, 2023. Belfast: EAA - European Association of Archaeologists, 2023, p. 1013-1014.

BÉLO, Tais Pagoto. **A força das mulheres romanas por meio das moedas e uma crítica feminista do passado para o presente**. Curitiba: editora Appris, 2024.

BIONDI, Paolo. **I misteri dell' Ara Pacis**. Bari: Edizione di Pagina, 2017.

COMINESI, Aurora R. **Augustus in the Making: A Reappraisal of the Ideology behind Octavian's Palatine Residence through its Interior Decoration and Topographical Context.** *Latomus*, 77, p. 704-735, 2018.

FEITOSA, Lourdes C. Gênero e Sexualidade no mundo romano: a Antiguidade em nossos dias. **História: Questões & Debates**, n. 48, p. 119-135, 2008.

FOUBERT, Lien L. The Palatine dwelling of the 'mater familias'. Houses as symbolic space in the Julio-Claudian period. **Klio**, n. 92, p. 65-82, 2010.

GALINSKY, Karl. Venus, Polysemy, and the Ara Pacis Augustae. **American Journal of Archaeology**, vol. 96, n.3, p. 457-475, 1992.

GARCÍA, Goretti O. Genetrix Orbis: madre de la Dinastía Julio-Claudia, madre del Imperio, madre del orbe. La imagen de Livia Drusila en el territorio de la Bética. **Habis**, Universidad de Sevilla, n. 50, p. 147-166, 2019.

GINSBURG, Judith. **Representing Agrippina: construction of female power in the early Roman Empire.** Oxford: Oxford University Press, 2006.

HEMELRIJK, Emily A. Fictive Motherhood and Female Authority in Roman Cities. **Eugesta**, n. 2, p. 201-220, 2012.

MILLAR, Fergus. **The Roman Republic and the Augustan Revolution.** Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2003.

MOMIGLIANO, Arnaldo. The Peace of the Ara Pacis. **Journal of the Warburg and Courtauld Institutes**, v. 5, n. 1, p. 228-231, 1942.

TAMANINI, Andréia. *Domus Liviae*: família, gênero e identidade na *gens* imperial. **Ágora: Estudos Clássicos em Debate**, n. 17, p. 215-228, 2015.

TAMANINI, Andréia. **Um novo território em Roma: A oratio silens de Livia na espacialização de sua *ethopoeia* como domina imperatrix.** Dissertação (Mestrado em História Comparada) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

THOMMEN, Geraldine. The Sebasteion at Aphrodisias: An Imperial Cult to Honor Augustus and the Julio-Claudian Emperors. **Chronika**, v. II, p. 82-91, 2012.

WOOD, Susan E. **Imperial Women: a study in public images, 40 B.C. - A.D. 68.** (Mnemosyne Supplementum). Leiden/Boston/Koln: Brill, 2000.

Recebido: 27/11/2024

Aprovado: 20/10/2025